



24 de Janeiro de 2010

**CARGO Nº 23**

**AUDITOR PLENO**

N.º DO CARTÃO

NOME (LETRA DE FORMA)

ASSINATURA

**INFORMAÇÕES / INSTRUÇÕES:**

1. Verifique se a prova está completa: questões de números 1 a 40 e 1 redação.
2. A compreensão e a interpretação das questões constituem parte integrante da prova, razão pela qual os fiscais não poderão interferir.
3. Preenchimento do **Cartão-Resposta**:
  - Preencher para cada questão apenas uma resposta
  - Preencher totalmente o espaço  correspondente, conforme o modelo:
  - Usar caneta esferográfica, escrita normal, tinta azul ou preta
  - Para qualquer outra forma de preenchimento, a leitora anulará a questão

**O CARTÃO-RESPOSTA É PERSONALIZADO.  
NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO, NEM CONTER RASURAS.**

**Duração total da prova: 4 horas e 30 minutos**

**Anote o seu gabarito.**

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.



EM BRANCO



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Nos termos da Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviço público, assinale a **CORRETA**:

- I. Poder concedente é a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão.
- II. Permissão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- III. Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública é a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.
- IV. Concessão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

- A) Somente a I está correta.
- B) Somente a II esta correta.
- C) Somente a II e III estão corretas.
- D) Somente a I e a III estão corretas.**
- E) Somente a III está correta.

2. Nos termos da Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre os regimes de concessão e permissão da prestação de serviço público, são cláusulas essenciais do contrato, **EXCETO** a que se refere:

- A) Aos bens irreversíveis.**
- B) Ao objeto, à área e ao prazo da concessão.
- C) Ao modo, forma e condições de prestação do serviço.
- D) Aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço.
- E) Ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas.

3. Com base na Lei nº 9.427/96, que dispõe sobre a Agência Nacional de Energia Elétrica, constituem receitas da ANEEL, **EXCETO**:

- A) Rendimentos de operações financeiras que realizar.
- B) Recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, públicos ou privados, nacionais ou internacionais.
- C) Doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados.
- D) Valores apurados na venda ou no aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade.
- E) Recursos oriundos da cobrança de impostos sobre serviços de energia elétrica.**

4. Tendo em vista o disposto na resolução nº 456/2000, que estabelece as condições gerais de fornecimento de Energia Elétrica, efetivado o pedido de fornecimento à concessionária, esta cientificará ao interessado quanto à obrigatoriedade de, **EXCETO**:

- A) Observância, nas instalações elétricas da unidade prestadora de serviços, das normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou outra organização credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO, e das normas e padrões da concessionária, postos à disposição do interessado.**
- B) Instalação, pelo interessado, quando exigido pela concessionária, em locais apropriados de livre e fácil acesso, de caixas, quadros, painéis ou cubículos destinados à instalação de medidores, transformadores de medição e outros aparelhos da concessionária, necessários à medição de consumos de energia elétrica e demandas de potência, quando houver, e à proteção destas instalações.
- C) Declaração descritiva da carga instalada na unidade consumidora.
- D) Celebração de contrato de fornecimento com consumidor responsável por unidade consumidora do Grupo "A".
- E) Aceitação dos termos do contrato de adesão pelo consumidor responsável por unidade consumidora do Grupo "B".

5. Com base na redação da resolução nº 456/2000, que estabelece as condições gerais de fornecimento de Energia Elétrica, o ponto de entrega de energia elétrica deverá situar-se no limite da via pública com o imóvel em que se localizar a unidade consumidora, ressalvados os seguintes casos, **EXCETO**:



- A) Havendo uma ou mais propriedades entre a via pública e o imóvel em que se localizar a unidade consumidora, o ponto de entrega situar-se-á no limite da via pública com a primeira propriedade intermediária.
- B) Nos casos de prédios de múltiplas unidades, cuja transformação pertença à concessionária e esteja localizada no interior do imóvel, o ponto de entrega situar-se-á na saída do barramento geral.
- C) Em área servida por rede aérea, havendo interesse do consumidor em ser atendido por ramal subterrâneo, o ponto de entrega situar-se-á na conexão deste ramal com a rede aérea.
- D) Quando se tratar de linha de propriedade do consumidor, o ponto de entrega situar-se-á na estrutura inicial desta linha.
- E) Havendo conveniência técnica e observados os padrões da concessionária, o ponto de entrega poderá situar-se dentro do imóvel em que se localizar a unidade consumidora.
6. Na auditoria das demonstrações contábeis, o auditor deve efetuar o estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, com a finalidade principal de:
- A) Verificar se os sistemas funcionam da forma que estão previstos.
- B) Proporcionar a emissão de relatório de recomendação de melhorias requeridas.
- C) Determinar a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria.
- D) Constatar pontos fracos e ineficiências que possam gerar fraudes e erros.
- E) Proporcionar conhecimentos básicos sobre a empresa e sua organização.
7. Sob o aspecto administrativo, a auditoria atua sobre a riqueza patrimonial de modo a:
- A) Reduzir a ineficiência, a negligência e a improbidade dos empregados e administradores.
- B) Contribuir para uma melhor utilização das contas contábeis e do plano de contas.
- C) Assegurar maior exatidão dos custos e estabelecimentos de padrão para os custos diretos e indiretos.
- D) Melhorar os controles dos bens, direitos e obrigações e ainda aumentar a exatidão dos custos indiretos.
- E) Otimizar a utilização de recursos humanos e materiais e melhorar a utilização das contas.
8. Um dos principais objetivos do auditor interno é:
- A) Verificar a necessidade de aprimorar as normas internas vigentes.
- B) Examinar a demonstração do resultado do exercício e emitir seu parecer.
- C) Descobrir todas as irregularidades e emitir relatório sobre o fato.
- D) Verificar Fraudes.
- E) Examinar os controles internos e emitir sua opinião via relatório.
9. Um dos pontos dos sistemas que diferenciam o auditor interno do externo é:
- A) A forma de avaliar o sistema de controle interno.
- B) A forma de se portar na empresa e o nível de responsabilidade.
- C) A forma de prepara os papéis de trabalho.
- D) O volume de testes nos serviços realizados.
- E) A elaboração das demonstrações financeiras.
10. Assinale a opção **CORRETA**:
- A) De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, auditoria interna é atribuição privativa de contadores.
- B) A utilização de trabalho de especialistas provoca perda de autonomia do auditor interno.
- C) O auditor interno não deve prestar assessoria ao Conselho Fiscal ou aos órgãos equivalentes do empregador.
- D) O dever de manter sigilo encerra-se três anos após terminado o vínculo empregatício do auditor interno.
- E) O conhecimento da execução orçamentária não é um fator relevante para os trabalhos do auditor interno.
11. Assinale a opção que **NÃO** representa uma responsabilidade do auditor interno na execução dos seus trabalhos, conforme as Normas Profissionais do Auditor Interno:
- A) Ter o máximo de cuidado, imparcialidade e zelo na realização dos trabalhos e na exposição das conclusões.
- B) Prevenir e detectar todas as fraudes e os erros ocorridos na entidade é responsabilidade primária do auditor interno.
- C) A amplitude do trabalho e a responsabilidade do auditor interno limitam-se a sua área de atuação.
- D) Formar equipe de auditoria interna composta por pessoas com capacitação profissional requerida pelas circunstâncias.
- E) Cabe ao auditor interno, quando solicitado, prestar assessoria ao Conselho Fiscal ou órgão equivalente.



12. Para o fornecimento de evidências às conclusões e recomendações da auditoria interna, as informações devem ser:
- A) Suficientes, adequadas, relevantes e úteis.
  - B) Relevantes, razoáveis, exatas e adequadas.
  - C) Suficientes, comprobatórias, subjetivas e úteis.
  - D) Adequadas, calculáveis, hábeis e comprobatórias.
  - E) Objetivas, exatas, razoáveis e adequadas.
13. O auditor independente, na avaliação de um trabalho específico da auditoria interna cuja utilização é pretendida, deve considerar:
- A) Se a economia de horas e de pessoal é compensadora, uma vez que a auditoria interna já executou diversos testes de mesma natureza.
  - B) Se o alcance dos trabalhos efetuados pela auditoria interna pode ser satisfatoriamente adequado à necessidade do auditor independente.
  - C) A qualidade dos trabalhos dos auditores internos, visto que, por conhecerem melhor as atividades da empresa, seus trabalhos são confiáveis.
  - D) O conhecimento dos auditores internos, principalmente nas áreas de maior risco de auditoria, uma vez que a responsabilidade é compartilhada.
  - E) Se o alcance do trabalho e seus programas correlatos são adequados, e se a avaliação preliminar da auditoria interna permanece apropriada.
14. Na execução dos trabalhos de auditoria, ao determinar a amostra a ser trabalhada, devem ser considerados os seguintes fatores:
- A) Erro circunstancial, efeitos irrelevantes, tamanho da amostra.
  - B) Efeitos irrelevantes, erros circunstanciais, erro esperado.
  - C) Risco da amostragem, erro tolerável, população objeto da amostra.
  - D) Erro inesperado, risco da amostragem, população objeto da amostragem.
  - E) Desvio estatístico, estratificação, objeto da amostra, efeitos retardatários.
15. Os procedimentos de revisão analítica pertencem ao conjunto de:
- A) Testes substantivos.
  - B) Testes de observância.
  - C) Testes de transações e saldos.
  - D) Testes de controles internos.
  - E) Testes de inventários físicos.
16. Os procedimentos de auditoria que têm por finalidade obter evidências quanto à suficiência, à exatidão e à validade dos dados gerados pelo sistema de contabilidade da entidade são denominados testes:
- A) De observância.
  - B) De controle.
  - C) Substantivos.
  - D) De aderência.
  - E) De existência.
17. A obtenção de informações de pessoas ou entidades, para confirmação de transações, conhecida na atividade de auditoria como “circularização”, pode ser de dois tipos quanto à forma de resposta:
- A) Branca e preta.
  - B) Aberta e fechada.
  - C) Interna e externa.
  - D) Positiva e negativa.
  - E) Ativa e passiva.
18. A conclusão sobre as adequadas mensuração, apresentação e divulgação das transações econômico-financeiras, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, é um dos objetivos dos:
- A) Testes de observância.
  - B) Testes de procedimentos.
  - C) Procedimentos de confirmação.
  - D) Procedimentos de Inspeção.
  - E) Testes substantivos.
19. O auditor realiza o procedimento técnico de inspeção para:
- A) Verificação do comportamento de valores relevantes.
  - B) Acompanhamento de processos no momento da execução.
  - C) Conferência de exatidão aritmética de documentos e registros.
  - D) Exame de registros, documentos e ativos intangíveis.
  - E) Obtenção de informações de terceiros.
20. O procedimento de auditoria de verificação do comportamento de valores relevantes, mediante índices, quocientes e outros meios, visando identificar tendências ou situações anormais, denomina-se:
- A) Revisão analítica.
  - B) Observação.
  - C) Investigação e confirmação.
  - D) Conferência de cálculos.
  - E) Inspeção.



21. A técnica de amostragem estatística, em que se divide a população em subgrupos homogêneos, visando, por exemplo, a diminuição do tamanho da amostra, é denominada:
- A) Amostragem por conglomerado.
  - B) Amostragem sistemática.
  - C) Amostragem por julgamento.
  - D) Amostragem não probabilística.
  - E) Amostragem estratificada.
22. O conjunto de parâmetros formado por confiança, precisão, desvio-padrão da população e tamanho da população determina o:
- A) Desvio-padrão normal.
  - B) Intervalo de confiança.
  - C) Tamanho da amostra.
  - D) Erro-padrão da média.
  - E) Gerador de números aleatório.
23. O termo estatístico que define o maior valor que um auditor poderia considerar irrelevante na auditoria de determinada rubrica contábil é denominada:
- A) Precisão.
  - B) Desvio-padrão.
  - C) Variância.
  - D) Intervalo de confiança.
  - E) Erro-padrão.
24. O auditor comparou os valores constantes no orçamento anual, elaborado pela administração da entidade auditada, com os valores apresentados nos balancetes analíticos contábeis. O procedimento de auditoria aplicado, nesse caso, é denominada:
- A) Cálculo.
  - B) Revisão analítica.
  - C) Observação.
  - D) Investigação e confirmação.
  - E) Inspeção.
25. O levantamento do sistema de controle interno pode ser realizado pela leitura de manuais internos de organização e procedimentos, pela conversa com funcionários da empresa e também:
- A) Pela inspeção física desde o início da operação em exame (compra, venda, pagamento etc.) até o registro da razão geral.
  - B) Pela leitura de periódicos, inclusive balanços publicados.
  - C) Por informações de terceiros, por pesquisa em periódicos e por informações fornecidas pelos empregados.
  - D) Por informações de terceiros e pela leitura de relatórios gerenciais.
  - E) Por informações privilegiadas fornecidas pelos administradores da empresa.
26. Durante a fase de testes de observância, o auditor constatou algumas imperfeições no ciclo de compras e foi necessário aumentar o nível de risco de detecção. Assim, pode-se afirmar que o auditor deve:
- A) Aumentar os testes de controle.
  - B) Diminuir os testes substantivos.
  - C) Aumentar os testes substantivos.
  - D) Diminuir os testes de controle.
  - E) Manter os testes substantivos.
27. O risco de amostragem em auditoria nos testes de procedimentos de comprovação pode ser assim classificado:
- A) Subavaliação e superavaliação da confiabilidade.
  - B) Aceitação incorreta e superavaliação da confiabilidade.
  - C) Superavaliação da confiabilidade e rejeição incorreta.
  - D) Rejeição incorreta e subavaliação da confiabilidade.
  - E) Rejeição incorreta e aceitação incorreta.
28. As verificações da existência de limites de autoridades e responsabilidades definidos, de segregação de funções, de limites de acesso físico a ativos e registros contábeis são alguns procedimentos aplicados pelo auditor independente de demonstrações contábeis, com a finalidade principal de:
- A) Determinar o risco de detecção.
  - B) Avaliar o ambiente de controle.
  - C) Elaborar relatório de recomendações.
  - D) Emitir relatório de revisão de ITR's.
  - E) Identificar partes relacionadas.
29. Indique o componente abaixo que **NÃO** está relacionado com a estrutura de controle interno de uma entidade:
- A) Risco de auditoria.
  - B) Controle das atividades.
  - C) Informação e comunicação.
  - D) Monitoração.
  - E) Avaliação do risco.



30. Alcione é tesoureira de uma empresa e, por problemas pessoais, apoderou-se de um cheque que acabara de receber de um cliente, depositando-o em sua conta particular. Apagou qualquer vestígio da entrada do cheque na tesouraria e procurou Generoso, o contador da empresa, contando o que fez e pedindo-lhe que não divulgasse a informação até que ela repusesse o dinheiro. Compadecido da amiga, mas não desejando praticar um ato antiético, o contador deverá:

- A) Debitar o valor correspondente ao cheque na rubrica Débito de Caixa e Crédito de Duplicatas a Receber em nome da tesouraria.
- B) **Levar o caso ao conhecimento da direção da empresa, tendo em vista a gravidade da situação, que ultrapassa o nível de competência do contador.**
- C) Agir conforme a prática contábil adequada à situação, registrando no diário o lançamento de Débito de Adiantamento a Funcionários e Crédito de Duplicatas a Receber.
- D) Procurar o setor jurídico da empresa para que legalmente seja encontrada uma solução relativa à atitude da tesouraria.
- E) Lançar provisoriamente o valor como Débito de Valores a Classificar e Crédito de Cheques em Trânsito, dando à colega o tempo necessário para repor o dinheiro.

31. Os papéis de trabalho devem seguir um padrão definido e claro. Com base nesta afirmação, assinale a opção que **NÃO** se constitui regra básica que deve ser observada na elaboração dos papéis de trabalho:

- A) Os papéis de trabalho devem ser limpos, claros e evidenciar a obediência às normas de auditoria.
- B) Os papéis de trabalho devem ser limpos, claros, corretos e sem erros matemáticos.
- C) **Os papéis de trabalho devem incluir todos os dados pertinentes, inclusive os irrelevantes.**
- D) Os papéis de trabalho devem ser concisos, limpos, claros e sem erros matemáticos e objetivos.
- E) Os papéis de trabalho devem ser limpos, claros, corretos e elaborados de forma sistemática e racional.

32. Para o auditor, um exemplo de papel de trabalho permanente é:

- A) Estatuto Social.
- B) Patrimônio Líquido.
- C) Revisão Analítica.
- D) Conferência de Cálculos.
- E) **Ajustes de Auditoria.**

33. Os papéis de trabalho de auditoria correntes são utilizados em:

- A) **Um exercício social.**
- B) Dois exercícios sociais.
- C) Três exercícios sociais.
- D) Quatro exercícios sociais.
- E) Mais de um exercício social.

34. O planejamento de auditoria deve considerar todos os fatores relevantes para a execução dos trabalhos. Assinale a opção que **NÃO** constitui um fator relevante para o planejamento de auditoria:

- A) Existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas.
- B) **Riscos de auditoria.**
- C) Uso dos trabalhos dos especialistas.
- D) Prevenção de fraude e erro.
- E) Grau de confiança nos sistemas de controles internos.

35. O trabalho de auditoria segue um encadeamento lógico que é considerado como ponto de partida para que se obtenham evidências com qualidade dentro de um tempo adequado para as entidades, envolvendo as seguintes etapas:

- I. Planejamento dos trabalhos.
- II. Elaboração do relatório.
- III. Avaliação do controle interno.
- IV. Emissão do parecer.
- V. Elaboração do programa de trabalho.
- VI. Elaboração das folhas-mestre e analíticas.

A sequência **CORRETA** dessas etapas é:

- A) I – V – III – VI – IV – II.
- B) I – V – VI – III – II – IV.
- C) **III – I – V – VI – II – IV.**
- D) III – VI – I – V – IV – II.
- E) V – I – VI – II – III – IV.

36. São procedimentos a serem observados em um programa de auditoria das disponibilidades, **EXCETO**:

- A) Contagem de caixa.
- B) Circularização dos saldos bancários.
- C) *Cut-off* de cheques.
- D) Conferência de cálculos.
- E) **Verificação das contas incobráveis.**



37. A confirmação de assinaturas autorizadas é um procedimento usual de auditoria aplicado:

- A) Nos Investimentos.
- B) Nas Contas a Receber.
- C) No Ativo Imobilizado.
- D) No Disponível.**
- E) Nas Contas a Pagar.

38. A empresa “B” superavaliou o inventário inicial de mercadorias de revenda em 2.008. Nesse caso, diz-se que:

- A) O inventário final de mercadorias será subavaliado.
- B) O lucro líquido do período será subavaliado.**
- C) O custo das mercadorias vendidas será subavaliado.
- D) O lucro líquido do período será superavaliado.
- E) O inventário final de mercadorias será superavaliado.

39. A auditoria estabelece como escopo do trabalho o período das demonstrações financeiras. Indique qual das normas a seguir **NÃO** se refere ao período objeto da auditoria:

- A) Eventos subsequentes.**
- B) Transações com partes relacionadas.
- C) Carta de responsabilidade da administração.
- D) Amostragem estatística.
- E) Estimativas contábeis.

40. Como podem ser esclarecidas as ocorrências de eventos em termos de auditoria?

- A) Por meio de normas relativas ao parecer.
- B) Nota explicativa.**
- C) Papel de Trabalho.
- D) Confirmação.
- E) Emissão de opinião.



# REDAÇÃO

Leia, a seguir, o ponto de vista de Antonio Delfim Netto sobre o Brasil, principalmente em relação ao potencial energético e alimentar:

## SOLIDARIEDADE

Se há um país responsável pela preservação de condições básicas de alguma vida saudável em nosso planeta este país é o Brasil. Não obstante, continuamos a ser o alvo preferencial de críticas de um grande número de organismos supranacionais exatamente quanto aos métodos que utilizamos na exploração dos recursos naturais. Uma das mais recentes, totalmente precipitada e sem nenhuma demonstração empírica, foi a de que "a expansão do plantio de cana é responsável pelo desmatamento do cerrado brasileiro".

Trata-se de rematada tolice, pois é sabido que a cana-de-açúcar se expande em áreas do cerrado que já eram exploradas por outras atividades, como a pecuária. O Brasil construiu a matriz energética mais limpa do planeta Terra e hoje utiliza 40% de energia renovável. Os demais países usam 10% razoavelmente limpos, e 90% sujam. Continuamos investindo na ampliação da oferta da hidroenergia e somos dos mais eficientes do mundo na substituição por energia que gera menos emissões de CO<sub>2</sub> e, portanto, produz menor efeito sobre o aquecimento global.

Nem por isso deixamos de expandir a produção de alimentos, que está ajudando a aliviar a fome no mundo e garante a autonomia alimentar de nosso povo. Nos últimos cinco anos, aumentamos o volume físico das exportações de milho (180%), soja (70%), carne bovina (300%), carne de frango (200%) e produtos suínos (300%). E a produção de açúcar aumentou, ao mesmo tempo em que crescia a oferta do etanol.

O Brasil tem grande disponibilidade de terra, de mão-de-obra que se aperfeiçoa visivelmente e de tecnologia desenvolvida principalmente nos últimos 30 anos, desde a criação da Embrapa. Desenvolvida em nosso solo, com base nas condições do cerrado brasileiro, essa tecnologia dominou a agricultura tropical. O cerrado, que era "uma coisa inservível", transformou-se, por obra e graça das pesquisas da Embrapa, no maior ativo brasileiro e num grande acervo da humanidade.

Não avançamos muito apenas no uso da tecnologia para a solução dos nossos problemas vitais de energia e de alimentação. O Brasil vai além quando coloca à disposição de países mais pobres, na África e na Ásia, os resultados das pesquisas que possibilitaram a produção econômica de alimentos nas terras antes inóspitas dos cerrados. E, ainda, a tecnologia de desenvolvimento do etanol. Sem cobrança de royalties. É uma ação solidária importante, que nos diferencia do resto do mundo, onde nações desenvolvidas cobram fortunas para ceder um frasco de remédio que poderia evitar a mortandade pelo HIV nos países pobres.

*Folha de S. Paulo – Opinião – 07 out. 2009.*

## PROPOSTA DE REDAÇÃO

Escreva-lhe uma **carta**, entre 15 e 20 linhas, concordando (total ou parcialmente) com o ponto de vista dele, ou discordando.

Se posicionar-se favoravelmente às ideias de Delfim Netto, você deve apresentar novos argumentos e não apenas repetir os dele. Se discordar, apresente contra-argumentos que sustentem a sua tese. (Sua carta NÃO deve ser assinada.)

## SOBRE A REDAÇÃO

1. Estructure o texto da sua redação com um **mínimo de 15** e um **máximo de 20 linhas**.
2. Faça o rascunho no espaço reservado.
3. Transcreva o texto do rascunho para a FOLHA DE REDAÇÃO que lhe foi entregue em separado.
4. Não há necessidade de colocar título.
5. Não coloque o seu nome, nem a sua assinatura na FOLHA DE REDAÇÃO, nem faça marcas nela. A FOLHA DE REDAÇÃO já se encontra devidamente identificada.





EM BRANCO



EM BRANCO